

# Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025



**PACTO ENERGIA**  
DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

## Sumário

Balço patrimonial	2
Demonstraço do resultado	5
Demonstraço do resultado abrangente	6
Demonstraço das mutaçoões do patrimõnio líquido	7
Demonstraço de valor adicionado	8
Demonstraço dos fluxos de caixa	9

### Notas explicativas às Demonstraçoões Financeiras

1	Contexto operacional	10
2	Setor elétrico no Brasil	11
3	Políticas Contábeis	12
3.1	Declaraço de conformidade	12
3.2	Base de elaboraço	12
3.3	Uso de estimativas e julgamentos	12
3.4	Principais práticas contábeis	12
3.5	Demonstraçoões de fluxo de caixa	17
3.6	Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025	17
3.7	Pronunciamentos novos ou normas emitidas, mas ainda não vigentes	17
4	Caixa e equivalentes de caixa	18
5	Consumidores	19
6	Partes relacionadas	20
7	Tributos compensáveis	20
8	Ativos e passivos financeiros setoriais	21
9	Ativos financeiros da concessão e intangível	24
10	Fornecedores	26
11	Tributos a recolher	27
12	Encargos setoriais	27
13	Consumidores item financeiro	27
14	Outros passivos circulantes	28
15	Patrimõnio líquido	29
16	Receita líquida	30
17	Custo de operaço e construço	31
18	Receitas (despesas) operacionais	32
19	Resultado financeiro	32
20	Imposto de renda e contribuço social	33
21	Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco	33
22	Contingências	34
23	Seguros	34
24	Eventos subsequentes	35

## Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>		<b>11.063</b>	<b>7.934</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.264	309
Consumidores	5	3.939	3.565
Concessionárias e permissionárias		-	289
Serviços em curso		567	337
Tributos compensáveis	7	188	69
Almoxarifado operacional		114	69
Investimento temporário		-	31
Ativos financeiros setoriais	8	3.494	1.678
Encargos setoriais a compensar		10	-
Outros ativos		1.487	1.587
		<b>12.662</b>	<b>13.862</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos compensáveis	7	1.677	3.238
Depósitos judiciais e cauções		66	77
Outros ativos		252	224
Ativo financeiro da concessão	9	1.089	1.000
Imobilizado	9	41	41
Intangível	9	9.537	9.282
<b>Total do ativo</b>		<b>23.725</b>	<b>21.796</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

		<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>15.367</b>	<b>16.623</b>
Fornecedores	10	3.713	3.572
Empréstimos e financiamentos		52	262
Obrigações sociais e trabalhistas		448	399
Tributos a recolher	11	1.167	898
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		540	556
Encargos setoriais	12	1.775	1.300
Passivos financeiros setoriais	8	4.970	6.071
Consumidores - item financeiro tarifário	13	2.098	2.490
Outros passivos circulantes	14	604	1.075
<b>Não circulante</b>		<b>238</b>	<b>-</b>
Empréstimos e financiamentos		146	-
Passivos financeiros setoriais		92	-
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>8.120</b>	<b>5.173</b>
Capital social	15	7.257	7.257
Prejuízos acumulados		863	(2.084)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>23.725</b>	<b>21.796</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita líquida	16	29.492	29.157
Custo das atividades operacionais	17	(24.029)	(24.515)
<b>Lucro bruto</b>		<b>5.463</b>	<b>4.642</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	18	(2.729)	(3.845)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(13)	14
		<b>(2.742)</b>	<b>(3.831)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receita financeira	19	1.447	879
Despesa financeira	19	(413)	(915)
		<b>1.034</b>	<b>(36)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>3.755</b>	<b>775</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	20	<b>(808)</b>	<b>(190)</b>
Correntes		(808)	(190)
Diferidos		-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.947</b>	<b>585</b>
Quantidade de quotas		7.257	7.257
Lucro por lote de mil quotas - R\$		406,09	80,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro líquido do exercício	2.947	585
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>	<b>2.947</b>	<b>585</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.257</b>	<b>(2.718)</b>	<b>4.539</b>
Lucro líquido do exercício	-	585	585
Outros	-	49	49
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>7.257</b>	<b>(2.084)</b>	<b>5.173</b>
Lucro líquido do exercício	-	2.947	2.947
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>7.257</b>	<b>863</b>	<b>8.120</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração De valor Adicionado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>44.576</b>	<b>41.787</b>
Fornecimento de energia elétrica	38.416	38.685
Outras Receitas	6.147	3.104
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13	(2)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(24.296)</b>	<b>(23.998)</b>
Custos com energia elétrica para revenda	(19.462)	(19.948)
Custos da construção	(1.254)	(1.816)
Materiais, serviços e outros	(3.580)	(2.234)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>20.280</b>	<b>17.789</b>
Depreciação/Amortização	(758)	(716)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>19.522</b>	<b>17.073</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIO EM TRANSFERENCIA</b>	<b>9.865</b>	<b>7.166</b>
Aluguéis	716	865
Receitas Financeiras	1.447	879
Subvenções diversas	7.702	5.422
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>29.387</b>	<b>24.239</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(29.387)</b>	<b>(24.239)</b>
<b>Pessoal</b>	<b>(2.422)</b>	<b>(3.390)</b>
Remuneração Direta	(1.536)	(2.198)
Benefícios	(286)	(532)
Encargos Sociais	(600)	(660)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>(13.627)</b>	<b>(12.349)</b>
Federais	(4.365)	(2.978)
Estaduais	(9.216)	(9.360)
Municipais	(46)	(11)
<b>Encargos do Consumidor</b>	<b>(9.602)</b>	<b>(6.574)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(134)	(200)
Programa de eficiência energética - PEE	(135)	(67)
Conta de Desenvolvimento Energético. - CDE	(8.666)	(6.272)
Outros Encargos	(667)	(35)
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>(742)</b>	<b>(1.326)</b>
Juros e variações monetárias	(492)	(1.011)
Aluguéis	(250)	(315)
<b>Outros gastos da concessão</b>	<b>(48)</b>	<b>(15)</b>
Indenização por danos elétricos	(48)	(15)
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(2.946)</b>	<b>(585)</b>
Lucro líquido do exercício	(2.946)	(585)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.755	774
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro antes do imposto de renda e contribuição social com caixa das atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	721	636
Juros e variações monetárias, líquidas	(1.611)	(1.318)
Amortização de ativos/passivos financeiros	(392)	(4.462)
Constituição de subsídios	-	-
Perdas - Material em depósito	29	(40)
	<b>2.502</b>	<b>(4.410)</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>		
Consumidores	(373)	(14)
Estoques	(44)	110
Tributos a recuperar	1.778	2.006
Ativos financeiros e setoriais	(1.820)	(514)
Depósitos judiciais	11	3
Outros ativos	163	(221)
	<b>(285)</b>	<b>1.370</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>		
Fornecedores	141	(638)
Obrigações sociais e trabalhistas	48	3
Tributos a recolher	269	56
Encargos setoriais	475	199
Passivos financeiros setoriais	(991)	4.480
Outros	778	(281)
	<b>720</b>	<b>3.819</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>2.937</b>	<b>779</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(808)	(190)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>2.129</b>	<b>589</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aplicações no ativo financeiro da concessão	(89)	(294)
Aplicações no imobilizado	-	-
Aplicações no intangível	(1973)	(524)
Baixas de intangível	1.072	444
Participações financeiras do consumidor	(104)	(78)
<b>Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento</b>	<b>(1.094)</b>	<b>(452)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Lucros distribuídos	(16)	(14)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(64)	(262)
<b>Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento</b>	<b>(80)</b>	<b>(276)</b>
<b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>955</b>	<b>(139)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	309	448
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.264	309
<b>Variação no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>955</b>	<b>(139)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“FORCEL”, “Empresa” ou “Concessionária”), concessionária de distribuição de energia elétrica, constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada em 1º de setembro de 1959, tem por objetivo a distribuição e comércio de energia elétrica para o município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

#### Concessões

Conforme 5º Termo Aditivo assinado em 09 de dezembro de 2015, a Concessionária detém a concessão até 07 de julho de 2045 para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no município de Coronel Vivida, conforme discriminado no contrato de concessão nº 69/99, que lhe foi transferida pelo Decreto nº 68.871, de 5 de julho de 1.971, reagrupada por meio da Resolução ANEEL nº 219, de 25 de junho de 1999.

#### Estrutura de capital

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2025, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 4.304 mil (R\$ 8.689 mil em 31 de dezembro de 2024). Tal condição decorre, principalmente, do reconhecimento de obrigações regulatórias associadas à devolução de valores aos consumidores, bem como de passivos operacionais relevantes vinculados à compra de energia e outros compromissos de curto prazo.

A administração vem adotando medidas para mitigar os efeitos dessa situação, incluindo a recomposição tarifária homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a gestão ativa do fluxo de caixa, a renegociação de obrigações e a otimização de custos operacionais.

Não obstante, tais condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Com base nas medidas implementadas e nas projeções de fluxo de caixa, a administração conclui que é apropriado o uso do pressuposto de continuidade operacional na preparação das demonstrações financeiras.

## 2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Empresa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### **3. Políticas contábeis**

#### **3.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Concessionária foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

#### **3.2. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Empresa é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Empresa.

A administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras tais como, total de consumidores, não foram auditados pelos auditores independentes.

#### Autorização de emissão das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 24 de abril de 2026.

#### **3.3. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração realize estimativas para a determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas são feitas com base no princípio de continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas continuamente ou quando novas informações se tornam disponíveis, ou ainda, as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem divergir para com o resultado real. As principais estimativas estão abaixo descritas:

- Receita de fornecimento de energia não faturada;
- Provisões;
- Ativos e passivos financeiros setoriais; e
- Ativo financeiro bens da concessão.

### 3.4. Principais práticas contábeis

#### a. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção da infraestrutura da concessão é reconhecida com base nos custos incorridos, sem margem de lucro, uma vez que a Companhia atua como a gente na execução desses serviços, conforme previsto na ICPC 01 (R1).

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a administração da Empresa decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero (ITG 01 (R1)).

A Empresa reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), e o valor da contraprestação é calculado conforme a tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL.

#### b. Tributos

##### Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

##### Imposto de renda e contribuição social - diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

### **Tributos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas.

O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

### **c. Instrumentos financeiros**

A Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

#### **Ativos financeiros**

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo Amortizado ('CA'):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento d'1º e principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ('VJORA'):** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- **Valor Justo por meio do Resultado ('VJR'):** todos os demais ativos financeiros.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Empresa (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

#### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de

liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

#### **Concessões do serviço público**

A Companhia aplica a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, que estabelece o reconhecimento da infraestrutura de distribuição por meio de modelo bifurcado:

- (i) Ativo financeiro da concessão: reconhecido quando há direito contratual incondicional de receber caixa do poder concedente, especialmente em relação à indenização dos bens reversíveis ao término da concessão;
- (ii) Ativo intangível: reconhecido quando a recuperação do investimento ocorre por meio da cobrança de tarifas dos usuários do serviço.

A mensuração inicial dos ativos ocorre ao custo de construção ou aquisição. Subsequentemente:

- o ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado;
- o ativo intangível é amortizado ao longo do prazo da concessão.

A Base de Remuneração Regulatória (BRR) é utilizada como referência para fins regulatórios, não sendo, por si só, base de mensuração contábil.

#### **d. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **e. Consumidores**

Estão apresentadas a valores de realização. Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados e acréscimos moratórios. A Empresa contabiliza provisão para perdas de créditos esperadas em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

#### **f. Ativos e passivos financeiros setoriais**

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Empresa, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

#### **g. Intangível**

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens correspondentes, limitados ao final da concessão. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro - concessão, refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e o Comunicado Técnico Geral CTG 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

#### **h. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

#### **i. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

##### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as pendências em curso. A Empresa não espera desembolsos em conexão com o resultado desses processos.

### 3.5. Demonstrações de fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### 3.6. Pronunciamentos novos ou revisados com vigência a partir de 2025.

Norma	Tema / setor	Vigência (início)
CPC 02 (R2) (Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio)	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio	01/01/2025
Atualização IFRS para PMEs (IFRS for SMEs)	Atualização do padrão IFRS para PMEs conforme deliberações do IASB	09/01/2025

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.  
As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Empresa.

### 3.7. Pronunciamentos novos ou normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Tema / setor	Vigência (início)
NBC TDS 01 (CFC) – correlata a IFRS S1	O objetivo da NBC TDS 01 Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade é exigir que a entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que sejam úteis aos principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade	01/01/2026
NBC TDS 02 (CFC) – correlata a IFRS S2	O objetivo desta Norma é exigir que a entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas que sejam relevantes aos principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade	01/01/2026
CPC 48 (IFRS 9) + CPC 40 (R1) (IFRS 7)	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026
CPC 51 (Brasil) (substitui CPC 26 (R1) no horizonte de vigência)	Este Pronunciamento estabelece requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações contábeis para fins gerais (demonstrações contábeis) para ajudar a garantir que proporcionem informações relevantes que representem fidedignamente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade.	01/01/2027
CFC – Revisão NBC 31 (convergência CPC/IFRS)	Revisão ampla de normas (NBCs e ITGs) que altera referências conforme nova estrutura de CPCs	01/01/2027*

(\*) data da vigência estimada.

Destacamos as principais normas que impactarão de forma profunda e contundente a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis nos próximos anos.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para a gestão de suas obrigações de curto prazo e estão sujeitos a controles internos que visam mitigar riscos de crédito e de liquidez. A Companhia mantém seus recursos financeiros em instituições financeiras, de modo a reduzir a exposição a riscos.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Contas bancárias à vista	1.264	309
Aplicações financeiras (a)	-	-
	<b>1.264</b>	<b>309</b>

## 5. Consumidores

Os saldos de consumidores referem-se aos valores a receber decorrentes do fornecimento de energia elétrica aos clientes da Companhia, sendo reconhecidos no ativo circulante no momento da entrega da energia e da emissão das respectivas faturas. As contas a receber são mensuradas inicialmente pelo valor faturado e, subsequentemente, deduzido de provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia realiza o monitoramento contínuo da inadimplência de seus consumidores, com base em análises de *aging list*, sendo constituída provisão para perdas de crédito esperadas considerando critérios regulatórios. Os saldos de consumidores incluem valores ainda não faturados, correspondentes à energia consumida e não faturada até a data do balanço, estimados com base no perfil de consumo dos clientes.

A composição de saldo de consumidores no exercício de 2025, bem como a abertura de saldo é a seguinte:

	Valores correntes							Valores renegociados				TOTAL 2025	TOTAL 2024
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Renegociada a vencer		Renegociada vencida			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PCLD	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de energia	<b>3.598</b>	-	<b>310</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>17</b>	<b>(21)</b>	-	-	-	-	<b>3.913</b>	<b>3.504</b>
Residencial	969	-	189	1	1	8	(10)	-	-	-	-	1.158	1.204
Industrial	1.337	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	1.360	1.410
Comercial	503	-	48	3	1	6	(7)	-	-	-	-	554	528
Rural	191	-	43	-	-	2	(2)	-	-	-	-	234	202
Poderes Públicos	64	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	65	43
Iluminação Pública	73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73	53
Serviço Público	57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57	45
Serviço Taxado	9	-	7	1	1	1	(2)	-	-	-	-	17	19
Fornecimento Não Faturado	395	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	395	-
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos	17	-	8	-	1	-	-	-	-	-	-	26	61
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.615</b>	-	<b>318</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>(21)</b>	-	-	-	-	<b>3.939</b>	<b>3.565</b>

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes. A Empresa não possui concentração de cliente em sua receita, não possuindo nenhum cliente que represente 20% ou mais da receita anual.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. As seguintes transações com as partes relacionadas foram realizadas durante o exercício:

### Saldos patrimoniais passivos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fornecedores</b>	<b>70</b>	<b>40</b>
Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. (a)	70	40
<b>Outros passivos circulantes</b>	<b>270</b>	<b>774</b>
Serviços jurídicos (a)	270	774

### Resultado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Despesas</b>	<b>(7)</b>	<b>(22)</b>
Máxima FM Ltda. - Propaganda e publicidade (b)	(7)	(22)

a. Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. inclui em seu quadro societário a Sra. Tatiane Berger, que é filha do Sr. Fábio Berger, administrador e sócio quotista da Concessionária. A contratação dos serviços pela empresa está relacionada ao pagamento de honorários advocatícios.

b. Máxima FM Ltda. - integra o quadro societário da respectiva empresa o Sr. Roberto Lang, administrador e quotista da Concessionária. As despesas referem-se a gastos com publicidade e propaganda.

### Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração compreende os benefícios diretos e indiretos concedidos aos administradores e membros dos órgãos de governança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de remuneração fixa ou variável aos administradores. Contudo, foram concedidos benefícios indiretos no montante de R\$ 28 mil (R\$ 7 mil em 2024), registrados nas despesas administrativas.

Todas as transações com partes relacionadas são realizadas em condições usuais de mercado e aprovadas de acordo com as políticas internas de governança da Companhia.

## 7. Tributos compensáveis

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Saldos por tributo</b>		
Pis a compensar	77	178
COFINS a compensar	1.423	2.910
ICMS a compensar	177	150
Outros tributos a compensar	188	69
	<b>1.865</b>	<b>3.307</b>

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 28 de março de 2019, em que, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de 19 de junho de 2019, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
<b>Movimentação de tributos a recuperar – Não circulante</b>		
Saldo inicial	3.238	4.610
Correção monetária	348	468
Compensação com débitos tributários	(1.936)	(1.896)
Outros tributos estaduais	27	56
Saldo final	<b>1.677</b>	<b>3.238</b>

## 8. Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

### a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 22/08/2023 a 22/08/2024, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em agosto de 2023, logo após o final da vigência do Índice de Reajuste Tarifário.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Empresa transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado;

### b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

#### i) Programas sociais e governamentais

A Empresa prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

#### ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

#### iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

#### iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

**Força e Luz Coronel Vivida Ltda.**

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2025

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais no exercício de 2025, bem como a abertura de saldo é a seguinte:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
<b>CVA Ativa</b>	<b>823</b>	<b>755</b>	<b>(47)</b>	<b>(13)</b>	-	<b>1.518</b>	<b>742</b>	<b>775</b>	<b>1.517</b>	-
Aquisição de energia - (CVAenerg)	84	5	193	(18)	-	264	259	5	264	-
Proinfra	10	-	70	(3)	-	77	77	-	77	-
Transporte rede básica	204	-	(201)	-	-	3	3	-	3	-
Transporte de Energia – Itaipu	26	-	(25)	1	-	2	2	-	2	-
ESS	123	10	(108)	2	-	27	17	10	27	-
CDE	376	740	24	5	-	1.145	384	760	1.144	-
<b>Demais ativos financeiros setoriais</b>	<b>855</b>	<b>1.643</b>	<b>(39)</b>	<b>10</b>	<b>(493)</b>	<b>1.976</b>	<b>326</b>	<b>1.651</b>	<b>1.977</b>	-
Neutralidade da parcela A	281	1.643	42	10	-	1.976	326	1.651	1.977	-
Sobrecontratação de energia	49	-	(49)	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (a)	525	-	(32)	-	(493)	-	-	-	-	-
<b>Total ativos financeiros setoriais</b>	<b>1.678</b>	<b>2.398</b>	<b>(86)</b>	<b>(3)</b>	<b>(493)</b>	<b>3.494</b>	<b>1.068</b>	<b>2.426</b>	<b>3.494</b>	-

**Força e Luz Coronel Vivida Ltda.**

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2025

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais no exercício de 2025, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos financeiros setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
<b>CVA ativa</b>	<b>(200)</b>	<b>(216)</b>	<b>190</b>	<b>(9)</b>	-	<b>(235)</b>	<b>(16)</b>	<b>(218)</b>	<b>(234)</b>	-
Aquisição de energia - (CVAenerg)	(93)	(64)	90	(4)	-	(71)	(6)	(65)	(71)	-
Proinfa	(12)	(13)	12	-	-	(13)	-	(13)	(13)	-
Transporte rede básica	-	(39)	(8)	(1)	-	(48)	(9)	(39)	(48)	-
Transporte energia elétrica - Itaipu	-	(7)	-	-	-	(7)	-	(7)	(7)	-
ESS	(51)	(37)	50	1	-	(37)	-	(37)	(37)	-
CDE	(44)	(56)	46	(5)	-	(59)	(1)	(57)	(58)	-
<b>Demais ativos financeiros setoriais</b>	<b>(5.871)</b>	<b>(2.072)</b>	<b>3.218</b>	<b>(10)</b>	-	<b>(4.735)</b>	<b>(2.664)</b>	<b>(2.072)</b>	<b>(4.736)</b>	-
Neutralidade da parcela A	(1.347)	(1.249)	247	(10)	-	(2.359)	(1.109)	(1.249)	(2.358)	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras tarifárias	(364)	(577)	152	-	-	(789)	(213)	(577)	(790)	-
Outros	(4.160)	(246)	2.819	-	-	(1.587)	(1.342)	(246)	(1.588)	-
<b>Total passivos financeiros setoriais</b>	<b>(6.071)</b>	<b>(2.288)</b>	<b>3.408</b>	<b>(19)</b>	-	<b>(4.970)</b>	<b>(2.680)</b>	<b>(2.290)</b>	<b>(4.970)</b>	-

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Os saldos de “outros passivos” financeiros setoriais são compostos pelos seguintes itens:

	2025	2024
<b>Outros passivos financeiros setoriais</b>	<b>(1.588)</b>	<b>(4.160)</b>
Ultrapassagem de demanda	(50)	(62)
Excedente reativo	(60)	(76)
Devolução de crédito Pis/Cofins – s/base ICMS (a)	(603)	(2.217)
Lucro Eletrobrás – p/ Mod. Tarifária – DPS 1239/24	-	(3)
Créditos Pis/Cofins IRT 2025	-	(884)
Prev. risco hidrológico 2023/2024	-	(531)
IF previsão risco hidrológico 2024/2025	(424)	(286)
Ultrapassagem de demanda 2024/2025	(42)	(13)
Excedente reativo 2024/2025	(52)	(35)
IF escassez hídrica cons. livres 2024/2025	(12)	(10)
IF prescrição de GD 2024/2025	-	(43)
IF sobrecontratação energia 2024/2025	(1)	-
Ajuste cusd 2024/2025	(87)	-
Arrec escassez de migrantes 2024/2025	(11)	-
IF previsão risco hidrológico 2025/2026	(232)	-
IF escassez hídrica cons. livres 2025/2026	(14)	-

(a) A movimentação de transferência resulta principalmente do reajuste tarifário de 2024, no qual a Empresa incluiu na base de reajuste parte dos créditos de PIS e COFINS já habilitados e aproveitados, além de uma estimativa de aproveitamento futuro.

## 9. Ativos financeiros da concessão e intangível

Com base na análise dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, a administração aplicou a Interpretação Técnica Geral ITG 01 - Contratos de Concessão, que orienta sobre o reconhecimento de concessões de serviços públicos, como forma de refletir o negócio da Empresa, conforme a seguir:

- A parcela dos bens imobilizados integrantes da concessão que não serão amortizados ou depreciados até o prazo final da concessão, estão sendo reconhecidas como ativo financeiro da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- A parcela que será depreciada ou amortizada dos direitos integrantes da concessão, durante todo o período da concessão, está sendo reconhecida como ativo intangível, que representa um direito que será remunerado pelos usuários dos serviços públicos pela tarifa pactuada com o poder concedente.

Por natureza, os bens da concessão em serviço da Empresa, no exercício de 2025 estão constituídos da seguinte forma:

	2025				2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão
Terrenos	-	-	-	376	-	376
Edificações e benfeitorias	380	(260)	120	1	127	1
Máquinas e equipamentos	14.179	(6.497)	7.682	711	7.558	622
Veículos	1.448	(541)	907	-	858	-
Móveis e utensílios	650	(251)	399	1	458	1
Softwares	536	(454)	82	-	130	-
	<b>17.193</b>	<b>(8.003)</b>	<b>9.190</b>	<b>1.089</b>	<b>9.131</b>	<b>1.000</b>
Participação do consumidor	(2.329)	815	(1.515)	-	(1.576)	-
	<b>14.864</b>	<b>(7.188)</b>	<b>7.675</b>	<b>1.089</b>	<b>7.555</b>	<b>1.000</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por natureza, os bens da concessão e o intangível em curso da Empresa estão constituídos da seguinte forma:

	2025				2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão
Máquinas e equipamentos	40	-	40	-	6	-
Materiais em depósito (a)	1.822	-	1.822	-	1.721	-
	<b>1.862</b>	-	<b>1.862</b>	-	<b>1.727</b>	-
Participação do consumidor	-	-	-	-	-	-
	<b>1.862</b>	-	<b>1.862</b>	-	<b>1.727</b>	-
<b>Total do ativo intangível</b>	<b>16.726</b>	<b>(7.188)</b>	<b>9.537</b>	<b>1.089</b>	<b>9.282</b>	<b>1.000</b>

As depreciações são calculadas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 367/2009 atualizadas peças resoluções nº 474/12 e 674/15. Assim sendo, em 31 de dezembro de 2025, os principais bens e instalações são depreciados pelas taxas anuais a seguir:

**Distribuição**

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67%
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67%
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57%
Estrutura do sistema (poste)	3,57%
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35%
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35%

**Administração central**

Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%

A taxa média de depreciação e o valor residual dos bens foram determinados considerando a vida útil econômica estimada dos bens integrantes da concessão, bem como o valor estimado da indenização no vencimento da concessão.

Nos exercícios de 2025 e 2024 não houve capitalização de custos de empréstimos. A Empresa utiliza recursos próprios para os investimentos nas atividades da concessão.

Movimentação dos saldos

I. Intangível

	Saldos 31/12/2024	Adições	Perdas	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldos 31/12/2025
Terrenos	-	376	-	(376)	-	-	-
Edificações e benfeitorias	127	-	-	(1)	-	(7)	119
Máquinas e equipamentos	7.564	1.539	-	(1.010)	34	(404)	7.723
Veículos	858	245	-	-	-	(196)	907
Móveis e utensílios	458	7	-	(1)	-	(65)	399
Softwares	130	-	-	-	-	(49)	81
Materiais em depósito	1.721	932	(29)	(802)	-	-	1.822
	<b>10.858</b>	<b>3.099</b>	<b>(29)</b>	<b>(2.190)</b>	<b>34</b>	<b>(721)</b>	<b>11.051</b>
Participação do consumidor	(1.576)	(71)	-	29	-	104	(1.514)
	<b>9.282</b>	<b>3.028</b>	<b>(29)</b>	<b>(2.161)</b>	<b>34</b>	<b>(617)</b>	<b>9.537</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o OCPC 01 – Contratos de concessão, a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e a parcela remanescente (valor residual) como ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

Os grupos de intangíveis que possuem valor residual após estimativa de amortização e depreciação até o final do período de concessão, foram transferidos para o Ativo financeiro da concessão. Findo o exercício, os saldos são recalculados, revertidos para o intangível e apropriados novamente para o exercício seguinte.

II. Imobilizado

	Saldos 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação 2024	Saldos 31/12/2025
Terrenos	41	-	-	-	41
	<b>41</b>	-	-	-	<b>41</b>

III. Ativo financeiro da concessão

	Saldos em 31/12/2024	Movimentação Líquida	Saldos em 31/12/2025
Terrenos	376	-	376
Edificações e benfeitorias	1	-	1
Máquinas equipamentos	622	89	711
Móveis e utensílios	1	-	1
	<b>1.000</b>	<b>89</b>	<b>1.089</b>

**10. Fornecedores**

Os saldos de fornecedores referem-se às obrigações assumidas junto a terceiros, decorrentes da aquisição de bens e serviços necessários à manutenção de suas operações, sendo reconhecidos no passivo circulante pelo valor nominal das faturas a pagar.

Para fins de melhor apresentação e transparência, os saldos estão segregados entre:

(i) Fornecedores de energia: correspondem, substancialmente, às obrigações relacionadas à compra de energia elétrica no mercado livre, incluindo contratos bilaterais, liquidações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e demais encargos setoriais associados;

(ii) Fornecedores de materiais e serviços: compreendem as obrigações decorrentes da aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços utilizados nas atividades operacionais e administrativas.

Os saldos são registrados quando do recebimento dos bens ou da prestação dos serviços, sendo mensurados com base nos valores de seus respectivos documentos fiscais.

	2025	2024
Fornecedores de energia elétrica	3.221	3.395
Fornecedores de materiais e serviços	492	177
	<b>3.713</b>	<b>3.572</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11. Tributos a recolher

Os tributos a recolher referem-se às obrigações fiscais da Companhia, apuradas de acordo com a legislação vigente, e compreendem principalmente impostos, taxas e contribuições incidentes sobre suas operações. Esses valores são reconhecidos no passivo circulante à medida que são incorridos, sendo mensurados com base nas alíquotas e bases de cálculo definidas pela legislação tributária aplicável.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
IR	79	-
CSLL	29	1
PIS	40	21
COFINS	184	100
ICMS	831	768
ISS	4	5
Outros	-	3
	<b>1.167</b>	<b>898</b>

## 12. Encargos setoriais

As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher correspondentes aos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas pela legislação:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Conta de desenvolvimento energético - CDE	830	612
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	364	285
Programa de eficiência energética	578	398
Outros	3	5
	<b>1.775</b>	<b>1.300</b>

## 13. Consumidores - item financeiro tarifário

Os itens financeiros tarifários referem-se a valores reconhecidos em decorrência de diferenças temporais entre os custos efetivamente incorridos e aqueles considerados nos processos tarifários homologados pelo órgão regulador, sendo sua recuperação ou devolução aos consumidores realizada por meio de tarifas futuras.

Os valores de compra de energia de microgeração referem-se à energia elétrica injetada na rede de distribuição por unidades consumidoras participantes do sistema de compensação de energia elétrica – SCEE. Os montantes associados à energia compensada são reconhecidos de acordo com os critérios regulatórios aplicáveis, refletindo o custo da energia injetada na rede pela sua respectiva tarifa. A mensuração desses valores considera as informações de medição, os volumes de energia injetada e consumida, bem como as tarifas e componentes definidos pelo órgão regulador em cada ciclo tarifário.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Compra de energia microgeração	975	1.367
Consumidores PIS/COFINS a compensar	-	-
Redução tarifaria 22/23	1.123	1.123
	<b>2.098</b>	<b>2.490</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 14. Outros passivos circulantes

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Honorários advocatícios (i)	270	775
Subsídios CDE – ciclo 2024/2025	100	74
Outros (ii)	234	226
	<b>604</b>	<b>1.075</b>

(i) Os honorários advocatícios estão sendo liquidados conforme o uso do crédito tributário de PIS e COFINS, obtido com o auxílio do consultor jurídico, com uma parte significativa já paga. A Administração estima que o valor total será quitado até 31 de dezembro de 2026, seguindo o planejamento financeiro e o cronograma estabelecido.

(ii) Os saldos referem-se, predominantemente, a repasses de convênios para iluminação pública e para entidades privadas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 7.256.534 (sete milhões duzentos e cinquenta e seis mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

<b>Acionistas</b>	<b>Cotas</b>	<b>%</b>
Adelio de Carli	5.376	0,07%
Alex Sandro Schiavini	461	0,01%
Antonio Martins Annibelli	821	0,01%
Apolonia Ivanir Decesaro	2.997	0,04%
Ceres Loures Martins	2.463	0,03%
Denite Maria Pizzatto	4.561	0,06%
Fabio Berger	3.042.206	41,92%
Gabriel Eduardo de Carli	5.375	0,07%
Gilberto Veraldo Schiavini	2.307	0,03%
Giovani Antonio Schiavini	461	0,01%
Helio de Carli	5.376	0,07%
Jones Mario de Carli	5.376	0,07%
Jose Antonio Tremea	6.907	0,10%
Jose Renato dos Santos Taborda Ribas	65	0,00%
Julio Cesar Prestes Schiavini	461	0,01%
Loris de Carli	5.376	0,07%
Madeiraira Serbema Ltda	31.342	0,43%
Maria Salete Manique Barreto	2.307	0,03%
Marly de Lordes Schiavini Grahl	2.307	0,03%
Município de Coronel Vivida	972.199	13,40%
Neri de Carli	5.376	0,07%
Neusa Evanir Gugik	4.431	0,06%
Pedro Mezzomo	23.914	0,33%
Roberto Lang	655.116	9,03%
Rogério Raspolt	52.849	0,73%
Rosani Raspolt	7.688	0,11%
Roseli Raspolt	7.688	0,11%
Teresinha Mezzomo	2.400.728	33,08%
<b>Total</b>	<b>7.256.534</b>	<b>100,00</b>

### b. Destinação dos lucros

A destinação do lucro líquido do exercício é efetuada em conformidade com as disposições legais e estatutárias da Companhia, previstas na Lei nº 6.404/76 e em seu Estatuto Social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve distribuição de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Receita líquida

	2025	2024
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>25.519</b>	<b>26.007</b>
Residencial	12.436	11.788
Industrial	2.312	2.206
Comercial	5.950	5.717
Rural	2.854	2.806
Poder público	1.082	1.199
Serviço público	216	1.004
Iluminação pública	790	771
Fornecimento não faturado	(121)	516
<b>Uso da rede elétrica de distribuição faturado</b>	<b>24.297</b>	<b>23.697</b>
Consumidores cativos	11.112	10.704
Consumidores livres	13.185	12.993
<b>Uso da rede elétrica de transmissão faturado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(-) Transferências</b>	<b>(11.399)</b>	<b>(11.019)</b>
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - ultrapassagem demanda	(138)	(87)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - excedente de reativos	(149)	(228)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - difer. perdas regulatórias	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - consumidores cativos	(11.112)	(10.704)
<b>Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado</b>	<b>12.197</b>	<b>7.348</b>
Constituição e amortiz. - CVA ativa e passiva	821	260
Constituição e amortiz. - RTP diferimento ou devolução	104	(284)
Constituição e amortiz. - demais ativos e passivos setoriais	3.425	1.792
Serviços cobráveis	145	158
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	7.702	5.422
<b>Total</b>	<b>50.614</b>	<b>46.033</b>
Receitas de construção	1.254	1.816
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>51.868</b>	<b>47.849</b>
<b>(-) Impostos incidentes sob receita</b>	<b>(12.773)</b>	<b>(12.118)</b>
PIS	(633)	(497)
COFINS	(2.924)	(2.290)
ICMS	(9.177)	(9.331)
ISS	(39)	-
<b>(-) Encargos do consumidor</b>	<b>(9.603)</b>	<b>(6.574)</b>
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	(134)	(200)
Programa de eficiência energética - PEE	(135)	(67)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(8.666)	(6.272)
Taxa de fiscalização dos serviços energia elétrica - TFSE	(40)	(35)
Outros encargos	(628)	-
<b>Receita líquida</b>	<b>29.492</b>	<b>29.157</b>

(i) O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438/02, criou a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando, entre outros, a garantia de recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, onde possibilita que os consumidores da classe residencial com consumo até 220 kWh/mensal usufruam de desconto na tarifa de energia, podendo chegar a 65%.

(ii) Com objetivos similares, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Energia Solidária através da Lei 20.943/21, pelo qual os consumidores residenciais com consumo até 150 kWh/mês, classificados como baixa renda, e os consumidores residenciais rurais, têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado do Paraná.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir o total de consumidores beneficiados pelos referidos Programas em 2025 e 2024:

	2025		2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Número de consumidores residenciais	6.232	87,2%	6.150	88,9%
Número de consumidores atendidos como “baixa renda” (i)	504	7,05%	454	6,57%
Número de consumidores atendidos como luz fraterna (ii)	409	5,7%	308	4,46%
	<b>7.145</b>	<b>100%</b>	<b>6.912</b>	<b>100%</b>

## 17. Custo de operação e construção

Os custos de operação e construção compreendem os gastos incorridos pela Empresa e relacionados à manutenção de suas atividades operacionais, bem como à execução de obras e investimentos em infraestrutura do sistema de distribuição de energia elétrica.

Os custos de operação referem-se, principalmente, às despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, manutenção e conservação da rede, além de outros gastos necessários à continuidade e qualidade da prestação do serviço.

	2025	2024
Compra de energia para revenda	<b>(19.462)</b>	<b>(19.948)</b>
Custo de construção - linhas e redes	<b>(1.254)</b>	<b>(1.816)</b>
<b>Custo da operação</b>		
Salários	(1.079)	(820)
Encargos sobre salários	(498)	(349)
Benefícios a empregados	(165)	(151)
Materiais	(203)	(108)
Serviços de terceiros	(356)	(414)
Seguros	(6)	-
Depreciação e amortização	(644)	(604)
Outros	(362)	(305)
	<b>(3.313)</b>	<b>(2.751)</b>
	<b>(24.029)</b>	<b>(24.515)</b>

Os custos de construção estão associados à expansão, reforço e melhoria dos ativos de infraestrutura, sendo reconhecidos de acordo com o estágio de execução das obras. No contexto regulatório, custos de construção estão vinculados a contratos de concessão, sendo reconhecidos em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis aos contratos de concessão de serviços públicos. Nesses casos, a Empresa reconhece receita de construção correspondente aos custos incorridos, acrescidos de margem, quando aplicável, sem impacto no resultado econômico líquido, exceto pelos efeitos de eventuais margens reconhecidas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Receitas (despesas) operacionais

	2025	2024
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Salários	(430)	(1.018)
Encargos sobre salários	(102)	(598)
Benefícios a empregados	(122)	(381)
Honorários dos administradores	-	-
Encargos sobre honorários dos administradores	-	(10)
Benefícios dos administradores	(28)	(7)
Honorários conselho fiscal	-	(57)
Materiais	(26)	(33)
Serviços de terceiros (a)	(1.754)	(1.361)
Aluguéis	(60)	(120)
Recuperação de despesas	38	37
Impostos e taxas e tarifas	(36)	(24)
Depreciação e amortização	(113)	(113)
Gastos diversos	(109)	(158)
Perdas no recebimento	13	(2)
	<b>(2.729)</b>	<b>(3.845)</b>
<b>Outras receitas operacionais, líquidas</b>		
Aluguéis	716	865
Ganhos no recebimento de precatórios	-	-
Recuperação de PIS e COFINS (b)	-	-
Outras receitas	(729)	(851)
	<b>(13)</b>	<b>14</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	<b>(2.742)</b>	<b>(3.831)</b>

(a) As despesas com serviços de terceiros referem-se aos custos incorridos na contratação de serviços especializados prestados por empresas ou profissionais externos. Essas despesas incluem, mas não se limitam a serviços de processamento de dados, consultorias, auditorias, assessoria técnica e serviços jurídicos.

## 19. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Empresa é composto pelas receitas e despesas financeiras incorridas no período, refletindo, principalmente, os efeitos da gestão de caixa, endividamento e atualização de ativos e passivos financeiros.

As receitas financeiras incluem, substancialmente, rendimentos de aplicações financeiras, atualização monetária de ativos, deságio, descontos obtidos e outros ganhos financeiros. As despesas financeiras compreendem, principalmente, encargos sobre empréstimos e financiamentos, juros incorridos, atualização monetária de passivos, variações monetárias e cambiais, descontos concedidos e demais custos financeiros.

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	33	44
Atualização monetária CVA	80	84
Outras receitas financeiras	1.334	751
	<b>1.447</b>	<b>879</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização monetária CVA	(121)	(72)
Variações monetárias	(80)	(122)
Selic recuperação pis/cofins	(83)	(602)
Outras despesas financeiras	(129)	(119)
	<b>(413)</b>	<b>(915)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>1.034</b>	<b>(36)</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro ajustado antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>3.754</b>	<b>775</b>
(Adições) exclusões, líquidas	(259)	124
Compensação de prejuízo fiscal base negativa	(1.049)	(270)
Base de cálculo fiscal	<b>2.446</b>	<b>629</b>
Despesa de IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	<b>(808)</b>	<b>(190)</b>
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>(808)</b>	<b>(190)</b>

## 21. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco

### Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, fornecedores e encargos setoriais.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Empresa.

A Empresa não realizou operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

### Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A operações da Empresa estão expostas a riscos de mercado (moeda e indexadores), crédito e liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração e todos os instrumentos financeiros detidos pela Empresa estão mensurados pelo custo amortizado e a administração entente que tais valores são próximos aos respectivos valores justos.

#### Considerações sobre os riscos

Os negócios da Empresa compreendem o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

#### Risco de variação cambial na compra de energia de Itaipu

A Empresa está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial no preço de compra de energia elétrica de Itaipu. Nesse sentido, ressalta-se que o mecanismo de compensação - CVA, protege a Empresa de eventuais perdas.

#### Risco de crédito

O risco de crédito surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	<b>Classificação</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Recursos em banco (Nota 4)	Custo amortizado	1.264	309
Aplicações financeiras (Nota 4)	VJR	-	-
Consumidores (Nota 5)	Custo amortizado	3.939	3.565
Ativo financeiro da concessão (Nota 9)	Custo amortizado	1.089	1.000
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores (Nota 10)	Custo amortizado	(3.713)	(3.572)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(198)	(262)

Alguns instrumentos financeiros têm o seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber e outras operações específicas. Assim o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado.

## 22. Contingências

A Empresa, com base nas avaliações dos seus consultores jurídicos, analisa as demandas judiciais passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. No entanto, para os períodos de 2024 e 2025, não foram identificadas causas com prognóstico provável de perda, e, conseqüentemente, não houve o reconhecimento de provisões na contabilidade para tais períodos. A administração mantém o compromisso de monitorar continuamente as ações em curso e constituir provisões adequadas, caso surjam novas informações que alterem as avaliações atuais dos consultores jurídicos.

### Demandas judiciais passivas não provisionadas

As demandas judiciais passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, conforme demonstrado abaixo:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Cível	557	3.855
	<b>557</b>	<b>3.855</b>

## 23. Seguros

A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa possuía apólices de seguro contratadas com terceiros, cuja natureza e cobertura estão indicadas a seguir:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Veículos	430	-
Vida	2.730	8.100

## 24. Eventos subsequentes

i) Após a data-base das presentes demonstrações, como parte do processo de compra e venda da Força e Luz Coronel Vivida Ltda., há a intenção de seus principais acionistas de transferirem o controle societário para o Grupo Pacto, para a holding controlada Pacto Energia Distribuição Paraná, sendo que esta holding foi constituída exclusivamente como um objeto societário para a centralização da participação societária de empresas controladas. Seu objeto social não contempla a realização de atividades operacionais próprias, tampouco a geração de receitas recorrentes. Dessa forma, sua existência é limitada à detenção das quotas e ações das controladas. As negociações encontram-se em estágio avançado, e a conclusão da operação está sujeita às aprovações regulatórias e societárias aplicáveis. A expectativa é de que a transferência de controle ocorra no segundo semestre, o que poderá implicar mudanças na estrutura organizacional e estratégica da companhia.

ii) Determinados ativos não fazem parte do objeto de compra e venda, deste modo formam a parcela a ser desmembrada da Empresa, composta por terrenos e edificações, registradas (os) pelo valor contábil de R\$ 2.378. Os ativos foram transferidos para a Forcel Coronel Vivida Participações Ltda. (empresa beneficiária), que possui quadro societário substancialmente composto pelos sócios retirantes da Empresa. Desse modo, finalizando os processos regulatórios necessários para anuência da operação, os ativos serão baixados contabilmente na Força e Luz Coronel Vivida Ltda. e o impacto financeiro dessa operação será refletido nas demonstrações contábeis do próximo exercício.

iii) Em continuidade ao processo de reestruturação mencionado anteriormente, foi solicitado anuência do órgão regulador para a incorporação da companhia ao Grupo Pacto. A operação visa à consolidação das atividades operacionais, financeiras e administrativas, promovendo sinergias e ganho de escala. A efetivação da incorporação está prevista para ocorrer após a conclusão da transferência de controle societário e será acompanhada da devida atualização nos registros societários e contábeis, em conformidade com a legislação vigente.

iv) A Empresa informa que está previsto, para o exercício de 2026, o processo de revisão tarifária periódica correspondente ao 6º ciclo, a ser conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Esse processo tem por objetivo a redefinição das condições econômicas e financeiras da concessão, incluindo a revisão da estrutura de custos eficientes, base de remuneração regulatória e parâmetros operacionais, com impactos nas tarifas a serem aplicadas aos consumidores a partir de sua homologação. Por se tratar de evento subsequente que não evidencia condições existentes na data-base das demonstrações financeiras, seus efeitos serão reconhecidos no período findo em 2026, sendo refletidos prospectivamente após a definição e homologação pelo órgão regulador.

v) Após a data-base, a Empresa firmou contratos para aquisição de sistemas de armazenamento de energia por baterias (Battery Energy Storage Systems – BESS), com o objetivo de otimizar o atendimento ao consumo e aumentar a eficiência operacional do sistema elétrico. Os investimentos totalizam aproximadamente R\$ 30 milhões, com previsão de entrada em operação em fevereiro/2026. Esses ativos permitirão maior flexibilidade na gestão da demanda, contribuindo para a redução de custos operacionais e melhoria da qualidade do fornecimento de energia. Por se tratar de evento subsequente que não evidencia condições existentes na data do balanço, não houve reconhecimento contábil no período, sendo os efeitos refletidos nas demonstrações financeiras dos exercícios subsequentes.

A Administração da Empresa entende que não há outros eventos subsequentes relevantes que demandem ajuste ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras.

Declaramos que as informações acima refletem, de forma fidedigna, a posição econômico-financeira da empresa na data apresentada.

---

**Rodrigo Ferreira Fonseca Pedroso**  
Diretor Presidente

---

**Juliana de Freitas Lopes**  
Contadora  
CRC-GO 029992/O-0



**AUDICONSULT**  
**AUDICONSULT Auditores S/S**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos  
Administradores e Quotistas.  
**FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.**  
Coronel Vivida - PR

**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da **FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "**Base para opinião com ressalva**", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com Ressalva**

Conforme mencionado na Nota 24 às demonstrações financeiras, em 17 de abril de 2024 foi aprovada a alteração do Contrato Social da Empresa e a cisão parcial de seu patrimônio líquido pelo montante de R\$ 2.378 mil, em conexão com a retirada de parte de seus quotistas. A referida cisão se deu mediante a cessão de determinados ativos representados por terrenos e edificações no montante de R\$ 433 mil, que foram vertidos para a Forcel Coronel Vivida Participações Ltda., de propriedade dos quotistas que se retiraram. Entretanto, a Empresa não procedeu à contabilização dessa transação em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em função da anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ainda estar pendente. Consequentemente, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados a maior em R\$ 433 mil e R\$ 2.378 mil, respectivamente, e o resultado do exercício findo nessa data está apresenta.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros Assuntos**

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2024, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores, com emissão de relatório de auditoria em 15 de setembro de 2025, com modificações, conforme segue:

# **AUDICONSULT**

## **AUDICONSULT Auditores S/S**

*Conforme mencionado na Nota 24 às demonstrações financeiras, em 17 de abril de 2024 foi aprovada a alteração do Contrato Social da Empresa e a cisão parcial de seu patrimônio líquido pelo montante de R\$ 2.378 mil, em conexão com a retirada de parte de seus quotistas. A referida cisão se deu mediante a cessão de determinados ativos representados por terrenos e edificações no montante de R\$ 433 mil, que foram vertidos para a Forcel Coronel Vivida Participações Ltda., de propriedade dos quotistas que se retiraram. Entretanto, a Empresa não procedeu à contabilização dessa transação em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em função da anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ainda estar pendente. Consequentemente, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados a maior em R\$ 433 mil e R\$ 2.378 mil, respectivamente, e o resultado do exercício findo nessa data está apresenta.*

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da **FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

**AUDICONSULT**  
**AUDICONSULT Auditores S/S**

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 24 de abril de 2026.

HERMENEGILDO  
JOAO

VANONI:29601045953

Assinado de forma digital  
por HERMENEGILDO JOAO  
VANONI:29601045953

Dados: 2026.04.28 09:16:28  
-03'00'

---

**Hermenegildo João Vanoni**

Sócio Responsável  
Contador-CRC-SC 14.874/O-7 "S" PR

**AUDICONSULT Auditores S/S**

CRC-SC 4.012 "S" PR